

A APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS PELO SURDO- IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SURDOS

Ianê de Albuquerque Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de contribuir através dos capítulos aqui abordados, para mudanças na formação de professores de surdos apresentando sugestões necessárias ao entendimento da educação de surdos apresentada como uma educação linguístico-cultural, problematizando a diferença da língua materna e língua estrangeira, uma vez que em detrimento da falta de audição o surdo apreende os conceitos por via visual. Dessa forma torna-se evidente a dificuldade na construção da escrita do Português exigindo dos professores novos paradigmas. A legislação brasileira já favorece essa condição, quando apresenta a educação bilíngue e as salas regulares para estudantes surdos. Urge o desafio de garantir o acesso da língua de sinais aos surdos não apenas na escola, que já é difícil, como também em todos os setores da sociedade. Alguns fatores como o aprendizado tardio tanto da língua de sinais como do Português pelos estudantes surdos; uma escola na qual o currículo seja apresentado ao estudante surdo por meio da língua de sinais; um ambiente que possa garantir o desenvolvimento linguístico do surdo no mesmo período e em prazos idênticos aos da educação de ouvintes; poderiam ser um caminho para que educadores surdos pudessem assumir suas posições com a presença deles nos projetos pedagógicos. Mas para isso é imprescindível que seja viabilizada a educação de educadores surdos, pois a presença deles no meio educativo permitirá que o estudante surdo desenvolva suas potencialidades através do suporte linguístico da língua materna.

Palavras-chave: Formação de professores. Libras. Português escrito.

¹ Professora no CAEEG- Centro de Atendimento Educacional Especializado de Garanhuns. Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial. Mestranda em Ciências da Educação- Universidad Americana- Asunción-PY. E-mail: albuquerqueilva.iane@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão na escola ajuda a perceber que as diferenças individuais são relativas - todos têm dificuldades e ao mesmo tempo, potencialidades, o que nos dá o direito à igualdade e à diferença. A Constituição Federal do Brasil de 1988, diz no seu parágrafo III, art. 205 que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SALLES, 2003, p.58).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, Nº 9.394/96, prevê no capítulo V, art. 58 a 60, atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (BRASIL, 1997). Assim, é vital centralizar o interesse na resolução, e não no problema; na qualidade de vida, e não na facilidade de segregação; na diversidade, e não na homogeneidade; na atenção às necessidades individuais e não na simplificação da educação.

De acordo com Chaveiro, Porto e Barbosa (2009):

A surdez caracteriza-se pela redução da percepção do som, em grau variado o que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural... Um fato a ser ressaltado é que a surdez distingue-se de outras deficiências, não pela deficiência física propriamente dita, mas pela dificuldade de estabelecer comunicação entre as pessoas.

Observando-se as necessidades individuais veem-se dois mundos distintos: de um lado o surdo que utiliza a língua materna gestual-visual sem representação gráfica, um cidadão com sua história e sua cultura, que necessita do empréstimo de outra língua para se comunicar melhor com o mundo dos *ouvintes* (toda pessoa que não é surda), para ter acesso a novos conhecimentos, a uma escolaridade. Do outro lado, o professor ouvinte, sem domínio da Libras, a língua que deveria ser utilizada pelos surdos como suporte ao aprendizado do Português, causando defasagens educacionais a esses estudantes. Como afirma Salles (2003, p.57):

Os profissionais e a comunidade surda reconhecem as defasagens escolares, que impedem que o surdo adulto participe do mercado de trabalho. Em todo o Brasil é comum haver surdos com muitos anos de vida escolar, nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com as séries, além das defasagens em outras áreas.

Concordando com a afirmação de Salles (2003), Ide (2000), relata que o professor tem preparado seus alunos para satisfazer os comportamentos sociais e acadêmicos desejáveis, transmitindo um saber pronto, utilizando ações pedagógicas que não aceitam a construção do conhecimento. Essa atitude ocorrerá com mais frequência especialmente se esse professor não tiver o domínio da Libras o que dificultará o processo comunicativo professor/aluno. Penteado (2000, p.65), ressalta que “[...] dentre as competências a serem construídas e desenvolvidas pelo professor encontra-se a capacidade de desenvolver uma relação professor/aluno propícia ao processo ensino/aprendizagem”.

Para Felipe (1986), a Libras deveria ser a primeira língua adquirida pelo surdo, na convivência com a comunidade surda e o Português, na modalidade escrita, seria a segunda língua. Argumenta que a aquisição da Libras é imprescindível e facilitadora para a aquisição do Português escrito. Fica claro então, que para facilitar o aprendizado do Português pelo surdo, ele precisa primeiramente aprender a se comunicar em sua língua materna, a Libras.

O questionamento para essa pesquisa veio a partir da necessidade emergente de uma formação eficiente de professores de surdos e como essa formação poderá influenciar no aprendizado do Português pelo estudante surdo?

O cumprimento dessa pesquisa passa não só pelas revisões conceituais, mas pelos aspectos estruturais, tais como: recursos humanos especializados; materiais pedagógicos específicos; exigências no cumprimento das leis e um maior envolvimento da família, escola e sociedade; criando assim a expectativa de poder contribuir para uma educação de qualidade para os surdos.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS: BREVE HISTÓRICO

A educação de surdos é um assunto polêmico que traz à tona problemas do sistema educacional vigente. As propostas educacionais para o estudante surdo têm como objetivo, proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Contudo, diferentes práticas pedagógicas envolvendo tais estudantes apresentam

uma série de limitações, e estes, ao término da escolarização básica, não são capazes de escrever satisfatoriamente ou ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos exigidos. Tais problemas têm sido abordados por uma série de autores que, preocupados com a realidade escolar do surdo no mundo e no Brasil, procuram identificá-los e apontar caminhos possíveis para uma prática pedagógica mais adequada.

Os relatos de Sacks (1998), sobre a história da educação de surdos revelam o seguinte:

*Até o final do Século XV: os surdos eram considerados incapazes de aprender, por esse motivo não estudavam;

*Século XVI: só os surdos filhos de nobres estudavam, tinham que aprender a falar para herdar títulos de nobreza e fortuna da família;

*Início de 1555: Girolano Cardano propõe um conjunto de princípios para a educação dos surdos;

*Em 1817: nos Estados Unidos funda-se o Asilo Americano (atual Universidade Gallaudet, só para surdos). Thomas Hopkins Gallaudet e Laurent Clerc foram os fundadores. Houve nessa época uma grande valorização e aceitação da língua de sinais;

*Em 1880: acontece o Congresso Internacional de Educadores Surdos, apesar do nome, nenhum surdo participou, sendo neste congresso imposta a superioridade da língua oral sobre a de sinais.

Nesse Congresso em Milão fica decidido por unanimidade:

Dada a superioridade incontestável da fala sobre os Sinais para reintegrar os Surdos-mudos na vida social e para dar-lhes maior facilidade de linguagem... (este Congresso) declara que o método deve ter preferência sobre os Sinais na instrução e educação de Surdos e mudos (CONGRESSO DE MILÃO, 1880 apud MOURA, 2000, p. 48).

Após esse período o método oral ficou em evidência até o Século XX. Segundo Skliar (1997), algo ainda mais discriminatório aconteceu nesse congresso que foi a falta da participação e da opinião dos professores surdos, uma vez que lá se debateriam assuntos pertinentes ao ensino aos surdos.

Impedir a utilização da língua de sinais proporcionou um predomínio da língua oral, enquanto proposta pedagógica impondo a homogeneidade tornando a oralidade não como alternativa de ensino, mas como a única viável. Inclusive em muitas escolas os professores surdos foram demitidos. Sacks (1998, p. 44) afirma

que: “A proporção de professores surdos para surdos, que beirava 50 por cento em 1850, caiu para 25 por cento na passagem do século e para 12 por cento em 1960”.

Uma consequência cruel desse novo paradigma na educação de surdos foi a diminuição de surdos atuantes na área da educação trazendo conseqüente prejuízo à escolarização, especialmente dos surdos congênitos que não tinham o apoio da língua materna. Essa superioridade da oralização para surdos se estendeu até meados do Século XX.

2.1.1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Conhecer a educação de surdos no Brasil se apresenta como um momento de reflexão e questionamento sobre os acontecimentos a ela relacionados em várias épocas, trazendo a oportunidade de descobrir alternativas para o melhor desenvolvimento educacional do estudante surdo nos dias atuais.

Para os surdos no Brasil a história começou a acontecer , quando o então Príncipe Regente, D. Pedro II, voltou o seu olhar para eles.

Segundo Soares (1999), D. Pedro II através de uma carta, incumbiu o Marquês de Abrantes de organizar uma comissão para viabilizar a fundação de um instituto para educação de surdos. Em 26 de setembro de 1857, é aprovada a Lei Nº939, que designa verba para auxílio orçamentário ao novo estabelecimento e pensão anual a cada um dos 10 surdos que o Governo Imperial escolheu para admitir no instituto, sob a denominação de Instituto Imperial dos Surdos Mudos, atualmente INES (Instituto Nacional de Estudos Surdos), com sede no Rio de Janeiro, ponto de referência até hoje, para comunidades surdas em todo o Brasil.

Na década de 50 o INES cria o primeiro curso de Formação de Professores surdos no Brasil, cuja orientação didática metodológica seguia os preceitos do método oral.

Pesquisas em neurolinguística em meados do Século XX trazem à tona que os surdos usam o lado esquerdo do cérebro para organizar a comunicação através dos sinais, confirmando que os sinais são uma língua, pois se processam na área cerebral, responsável pela linguagem (BELLUGI; KLIMA apud QUADROS, 1997).

Essas descobertas científicas incentivaram os surdos a se organizarem e lutarem por seus direitos de utilizar a língua de sinais que essa época ainda era proibida.

Em 1977, alguns ouvintes preocupados com a educação de surdos criam a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), dando um importante passo na divulgação da língua de sinais que anteriormente era utilizada apenas nas associações e ambientes informais, agora, os surdos defendem o seu uso principalmente, dentro das escolas (SOUZA, 1998). Posteriormente em 1987, a FENEIDA se transforma em Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

Na década de 80, Lucinda Ferreira Brito inicia estudos sobre as línguas de sinais. Ramos (s.a.), escreve:

[...] Lucinda Brito inicia seus importantes estudos lingüísticos em 1982 sobre a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor da floresta amazônica brasileira [...] O interessante de se observar, no caso dos Urubu-Kaapor, é que os ouvintes da aldeia “falam” a Língua de Sinais e língua oral, evidentemente, enquanto que os surdos se restringem à Língua de Sinais. Assim, os ouvintes da aldeia se tornam bilíngües, enquanto os surdos se mantêm monolíngües.

Em 1987 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, que surgiu da iniciativa de várias escolas, associações de pais e outras instituições ligadas ao trabalho com surdos. Atualmente com mais de 100 entidades filiadas, a FENEIS atua como órgão de integração dos surdos na sociedade com página própria na Internet (www.feneis.com.br) e várias publicações, revista FENEIS divulgando os caminhos da educação de surdos no Brasil e no mundo.

2.1.2 A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO E GARANHUNS

Estudar a história é fundamental para se perceber o movimento e a diversidade, possibilitando a comparação entre grupos nos diversos tempos e espaço. Por isso, a história ensina a ter respeito pela diferença, possibilita um melhor entendimento do presente, da realidade diária, por meio do conhecimento e da reflexão sobre os acontecimentos do passado. Ao se analisar o passado, se faz necessário entendê-lo em seu contexto histórico, em seu momento, para que possa

ser compreendido e valorizado, preparando assim os indivíduos para o futuro (FONSECA, 2003).

De acordo com Felipe (1992), no Estado de Pernambuco existe um órgão que desenvolve pesquisa em Informática Educativa, Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco- EDUCOM, que realiza experiências criando grupos com profissionais de várias áreas para começar a preparar instrutores e/ou monitores de Libras para atuarem nas aulas juntamente com o professor da disciplina. Esse trabalho teve início na década de 90, uma atitude pioneira visto que até então, o método oral era o mais utilizado para educação de surdos. No ano de 2008, inicia-se na mesma Universidade o primeiro curso de Graduação em Libras.

Algumas escolas públicas são pioneiras na educação de surdos, como a Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães – ETEPAM e a escola Cônego Rochael de Medeiros, ambas situadas na capital do Estado, Recife.

Existem ainda entidades não governamentais que trabalham no sentido de facilitar a educação dos surdos e capacitar ouvintes para a comunicação e o ensino, como por exemplo: a Escola SUVAG, a Associação de Surdos de Pernambuco (ASPE) e o Centro de Apoio ao Surdo (CAS), todos na capital do Estado. Numa iniciativa pioneira, em 2002, a Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), inclui pessoas surdas no curso de Pedagogia, avaliando o Português para o surdo como segunda língua.

Garanhuns fez parte do momento histórico da educação de surdos quando, na década de 90, o governo do Estado implanta na cidade a primeira sala de aula com ensino especial para surdo, com abordagem educacional utilizando o método oralista.

Atualmente, a Escola Dom Juvêncio Britto é ponto de referência para educação de surdos em Garanhuns. Conta com cinco salas exclusivamente para surdos, sendo uma de 1º ano do Ensino Fundamental I, outra que equivale aos anos finais do Ensino Fundamental I e três de EJA (Educação de Jovens e Adultos). A referida escola foi também pioneira com a criação, em meados do ano 2000, da primeira tele-sala de Telecurso 1º grau com matrícula exclusiva para surdos. A escola também conta com dois professores intérpretes e um instrutor surdo em cumprimento ao Decreto Nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436/2002, Capítulo III, art. 13, “[...] a partir do ano subsequente à publicação deste Decreto, as instituições de ensino, públicas e privadas, deverão incluir, em seu quadro técnico-

administrativo, em todos os níveis, etapas e modalidades, o professor Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa para atender alunos surdos que utilizem Libras” (BRASIL, 2005).

Uma parcela dos surdos brasileiros é contra a política educacional de inclusão do MEC, que prevê que os alunos surdos sejam matriculados em salas regulares e recebam atendimento educacional especializado em outro horário. Acreditam ser esse modelo ineficaz, e reivindicam que os surdos devem estar em classes bilíngues, onde seriam trabalhadas as duas línguas ao mesmo tempo, o Português e a Libras. Outro grupo acredita na proposta educacional para surdos do Governo Brasileiro, contanto que sejam realmente seguidos os parâmetros necessários para que essa educação seja de qualidade e igualitária.

2.2 TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Considerando que as dificuldades de aprendizagem são empecilho para o desenvolvimento dos estudantes em sala de aula e conseqüentemente para sua convivência com o meio social em que estão inseridos, principalmente quando se trata do surdo, pois neste contexto está a dificuldade de comunicação, se faz necessário abordar as três tendências educacionais mais utilizadas por professores de surdos no Brasil.

2.2.1 ORALISMO

Segundo Soares (1999, p.1):

Oralismo, ou método oral, é o processo pelo qual se pretende capacitar o surdo na compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir em interlocutor por meio da linguagem oral.

Essa abordagem utiliza metodologias próximas àquelas destinadas ao ensino de línguas estrangeiras, para o ensino da língua oral. O oralismo não considera os aspectos cognitivos que são determinados pela linguagem e pela cultura e se prende ao canal que deve ser utilizado para transmissão de conteúdos.

Apenas o canal oral/auditivo é considerado eficaz, portanto, todos os esforços devem ser concentrados no sentido de levar o estudante surdo a falar (GOLDFELD, 1997).

Em suma, a abordagem educacional oralista é aquela que visa capacitar a pessoa surda a utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística, de modo que seja possível o uso da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo o processo educativo.

2.2.2 COMUNICAÇÃO TOTAL

As indicações do fracasso educacional do oralismo conduziram a outra tentativa de ensino, defende o uso, nas salas de aula, dos sinais utilizados pelos surdos (GÓES, 1996).

Para essa abordagem o importante é que a informação seja o mais eficiente possível, procurando desenvolver todas as capacidades de comunicação do surdo: a fala, a audição, a leitura, os sinais, a mímica, etc., mas ainda não valoriza como língua natural a língua que o surdo tem inata e utiliza para se comunicar com outros surdos (FELIPE, 1992).

De acordo com Goldfeld (1997), a comunicação total apresenta aspectos positivos e negativos. Por um lado ela desvia o surdo da problemática da oralização, mas, por conseguinte, não valoriza suficientemente a língua de sinais e a cultura surda.

2.2.3 BILINGUISMO

Essa abordagem educacional estabelece que a educação escolar de surdos baseia-se nas duas línguas, com privilégios diferentes: a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua da comunidade ouvinte local como segunda língua (L2) (GÓES, 1996).

Na leitura de Sacks (1998, p.84), vê-se a seguinte afirmação: “[...] a língua de sinais deve ser introduzida e adquirida o mais cedo possível, senão seu desenvolvimento pode ser permanentemente prejudicado”.

De acordo com Felipe (1992), o bilinguismo almeja proporcionar ao surdo a condição de utilizar bem as duas línguas: a de sinais e a da comunidade ouvinte,

posteriormente escolhendo que língua utilizar para sua comunicação de acordo com a situação em que se encontra.

Diante dessa explanação é possível constatar que, de alguma forma no Brasil, as três abordagens na educação de surdos – Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo – coexistem, com adeptos em todas. Cada uma com seus prós e contras, abrem espaço para reflexão na busca do caminho educacional que de fato favoreça o desenvolvimento do estudante surdo.

A Rede Estadual de Educação de Pernambuco utiliza o Bilinguismo, tentando evitar a imposição da pedagogia do ouvinte – Oralismo, ou a mascarada Comunicação Total que não valoriza a língua de sinais e não utiliza uma metodologia própria, diferenciada. O Bilinguismo tenta evitar a imposição dos paradigmas educacionais dos ouvintes.

A educação de surdos através do Bilinguismo é legal, garantida pela Lei Nº 10.346/2002 e regulamentada pelo D., qaecreto Nº 5.626/2005, que no Capítulo IV, art. 14, § 1º prevê a necessidade de “[...] ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos[...].” e ainda “[...] prover as escolas com professor para o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas” (BRASIL, 2005).

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LIBRAS E O PORTUGUÊS

A capacidade de comunicação por meio de uma língua é o que difere o homem dos animais, pois é através dela que se expressa ideias, sentimentos, desejos, anseios, como também auxilia a desenvolver conceitos, resolver problemas. Cada indivíduo é único, negar a utilização da língua a qualquer pessoa é negar-lhe a possibilidade de ser humano de se expressar de forma individual, de poder conviver em sociedade e desenvolver sua capacidade de cognição, além de outras infinitas finalidades que a língua proporciona ao indivíduo como informar, aconselhar, persuadir, entreter, entre outras.

Um dos maiores estudiosos sobre essa habilidade humana foi Lev Vygotsky. Segundo Monroe e Ratier (2011, p.104), “[...] para Vygotsky, o pensamento deixa de ser biológico como dos primatas para se tornar histórico-social diferenciando o

homem dos outros animais. Sua principal marca é a construção dos significados das palavras”.

E, que significa língua? Em seu dicionário Ferreira (2004, p.459) diz que língua é “[...] o conjunto de regras da sua gramática; idioma”.

A língua de sinais no Brasil é denominada Libras (Língua Brasileira de Sinais) e é considerada língua oficial das comunidades surdas desde 2002, com a promulgação da Lei Nº 10.436, que no seu art. 1º diz: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002).

Na análise de Quadros (2006, p. 16), “[...] a língua brasileira de sinais é uma linguagem espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo: é uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira [...]”, estando assim, de acordo com a Lei Nº 10436/2002 que no seu art. 1º, Parágrafo único diz: “Entende-se por Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos das comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

A sobrevivência na atual sociedade, depende em grande parte de competências linguístico-interacionais, que permitam aos sujeitos transitarem nos diversos domínios discursivos existentes e para que possam ser inseridos na escola, na universidade, no mercado de trabalho, esses sujeitos necessitam falar, ouvir, ler e escrever adequadamente (NASCIMENTO, 2011).

Fica claro então que a Libras é uma língua, que adota um sistema linguístico diferente da Língua Portuguesa, e que os seus usuários necessitam estar inseridos em comunidades que a utilizem para que possam desenvolvê-la e utilizá-la naturalmente.

Em um artigo sobre a linguagem no qual Monroe e Ratier escrevem sobre a teoria de Vygotsky eles relatam: “Por volta dos dois anos de idade, o percurso do pensamento encontra-se com a da linguagem e o cérebro começa a funcionar de uma nova forma. A fala torna-se intelectual, com função simbólica, generalizante, e o pensamento torna-se verbal, mediado por conceitos relacionados à linguagem” (MONROE e RATIER, 2011, p. 105), vê-se então, a importância da criança surda conviver com surdos dominantes da Libras o mais precocemente possível.

Ao ler manuscritos de alemães que tratam do ensino da Língua Portuguesa às crianças das colônias alemãs no Brasil, Bredemeier (2010) citando Rotermund (187?) relata a importância do aprendizado da língua natural destacando os aspectos pedagógico e linguístico como indica a frase: “A criança não pode aprender uma língua estrangeira se ainda não compreende sua própria língua” (ROTERMUND, 187? apud BREDEMEIER, 2010, p. 106). Nesse caso, qual seria a língua natural para o surdo? De acordo com a Lei Nº 10436/2002, a Libras, pois ela é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras.

Nesse momento, é importante que se faça uma breve explanação sobre a diferença entre língua natural ou materna e língua estrangeira.

Para Bakhtin (1992, p.301):

A língua materna - a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical -, não a aprendemos nos dicionários, não a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam.

Percebe-se então, que a língua materna é aquela que para o indivíduo é natural, que ele aprende sem necessariamente ter que se ensinada, mas que é inata. Observando por esse prisma, a língua de sinais é a língua natural da comunidade surda, sendo assim o Português uma língua estrangeira para eles, que precisa ser ensinada formalmente na escola, utilizando uma metodologia diferenciada da que é usada para ensino de ouvintes, uma vez que Português e Libras apresentam modalidades diferentes, uma oral-auditiva e a outra, espaço-visual.

Nesse sentido, Quadros (1997, p.84) afirma que: “A necessidade formal do ensino da Língua Portuguesa, evidencia que essa língua é, por excelência, uma segunda língua para as pessoas surdas”, ou seja, o Português é para o surdo uma língua estrangeira e precisa ser ensinado ao surdo como tal.

Considerando a necessidade da modalidade gestual, tendo a Libras como principal caminho para uma educação de qualidade para os surdos, há necessidade de viabilizar recursos de ensino/aprendizagem que valorizem a memória e o pensamento que se dão pelo aspecto visual, pois a Libras facilita o desenvolvimento linguístico da Língua Portuguesa servindo de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos, favorecendo assim, a produção escrita do surdo.

2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As considerações feitas agora têm como objetivo fornecer subsídios à discussão do objeto dessa pesquisa: a formação de professores de surdos.

A partir da Constituição Federal de 1988, no seu art. 208: “O dever do Estado para com a Educação será efetivado mediante garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL, 1988). Começam-se assim, a exigir dos professores outros conhecimentos além daqueles que receberam em seus cursos de formação para a docência. Nesse novo paradigma de educação o professor necessita ter capacidade de conviver com os que aprendem de modo não convencional, preparando-se para adaptar-se às novas exigências que surgirão em decorrência das especificidades que apresentam esses novos estudantes. Observando por esse prisma Fonseca (1995, p. 223) relata que o trabalho deve se “[...] concentrar nas áreas fortes da criança e explorá-las sem limites”.

Na LDB, no seu capítulo V que trata da Educação Especial, no seu Art. 59 diz que: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: inciso 3-professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;” (BRASIL, 2002, p.61). É notório ao analisar a lei que o professor de surdo ou professor de sala regular com estudante surdo necessita estar qualificado para tal, pois o próprio MEC sugere que “[...] a escola faça o diagnóstico das necessidades educacionais dos alunos surdos a fim de orientar suas ações” (BRASIL, 2002/v.1, p. 132).

Para auxiliar o professor nessa questão específica do conhecimento da Libras o Ministério da Educação criou o Prolibras, um exame nacional sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) para certificar pessoas ouvintes ou surdas para o ensino da Libras como também para certificação de tradutor/intérprete de Libras (BRASIL, Portaria nº 339).

O Decreto Nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei Nº 10.436/2002 dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular no Capítulo II, Art. 3º:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino,

públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quanto à formação de professores de Libras no Capítulo III, Art. 5º:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

No Art. 9º, Parágrafo Único: “O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas”, ainda no Art. 12: “As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto” e no Art. 13:

O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação lê-se no Art. 14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.”

Nessa perspectiva, é impossível pensar em educação de qualidade para surdos que não mantenha, como premissa básica, a importância da Libras, a atuação de surdos com competência linguística para atuar como interlocutor, a formação do professor e o cumprimento da legislação vigente.

A educação, como prática social, requer políticas de formação de professores que os capacite a enfrentar e responder as demandas específicas dos seus alunos. E isto é particularmente importante quando se trata de professores de surdos que necessitam criar situações didáticas que oportunizem o surdo a

desenvolver suas habilidades linguísticas na língua materna - Libras - para que essas habilidades possam apoiá-lo nas competências da escrita da Língua Portuguesa.

3 CONCLUSÃO

É possível superar a distância que se produziu historicamente entre o surdo e o mundo que o cerca e o objetivo dessa pesquisa foi estabelecer prioridades que possam auxiliar professores de surdos e conseqüentemente os próprios estudantes surdos no seu desenvolvimento educacional com uma oferta de ensino de qualidade; utilização de material e recursos didáticos adequados; currículo e avaliação adaptados; maior envolvimento da família e da comunidade escolar com o conhecimento da Libras; mudanças essas, imprescindíveis para a compreensão e acompanhamento dos conteúdos e atividades propostas pela escola que possibilitarão ao estudante surdo desenvolver-se de forma satisfatória seguindo os níveis educacionais exigidos diminuindo a distorção idade/ano de escolaridade.

Conclui-se que a língua de sinais pode atuar decisivamente no processo emancipatório do surdo, afirmando-o como sujeito dono da sua própria história, ajudando-o a superar a indiferença e o individualismo da vida moderna e tornando os ambientes mais inclusivos. Para isso, os professores precisam falar entre si dos seus avanços e dificuldades e, sobretudo, falar sobre isto com o coletivo da escola. O isolamento dos surdos, não dará aos outros integrantes da escola e aos próprios surdos, a oportunidade de crescerem, de interagirem e superarem suas dificuldades.

Pôde-se constatar com a pesquisa, que há muito que se estudar sobre a formação de professores de surdos e as questões apontadas sobre essa problemática vêm expor situações que requerem ações específicas quanto ao aperfeiçoamento de condições adequadas para que esse professor possa ajudá-los a desenvolver suas potencialidades, oferecendo uma educação de qualidade, libertadora. No entanto, é possível reverter o quadro atual quando o estudante surdo tiver acesso às duas línguas, Libras e Português, através de ensino bilingue eficiente e dentro do que prevê a legislação brasileira.

Os dados dessa pesquisa demonstram que para compreender como se dá a apropriação do Português pelo surdo, é necessário um aprofundamento teórico por

parte dos professores. Nenhum conhecimento é pronto e acabado, mas deve estar sujeito a reorganizações, reflexões, observações e adaptações, para tanto o professor precisa estar em permanente processo de formação, refletindo e reorientando suas práticas.

Quanto à aquisição da língua materna, viu-se que o surdo a adquire tardiamente, assim como o é o início da sua escolarização, o que os põem em desvantagem em relação aos alunos ouvintes.

Outro fator relevante está relacionado às práticas pedagógicas inadequadas, quando o surdo não é ensinado por um professor bilíngue, minimizando suas possibilidades de desenvolverem a língua materna que serve de suporte para a segunda língua.

Uma vez que ainda existem dificuldades a serem transpostas pelo professor de surdos em relação ao ensino da Libras e do Português, recomenda-se que para ampliar o conhecimento e desmistificar o conceito de que o surdo não aprende o Português, faça-se uma reavaliação e reformulação do currículo nos cursos de formação de professores; efetivação e execução da políticas públicas que garantam ao surdo um ensino de qualidade contemplando a formação continuada dos professores e recursos e materiais didáticos adequados; bem como o cumprimento da legislação, especialmente no que tange a utilização da Libras pelo surdo e a presença de intérpretes nos diversos setores da sociedade.

É sabido que esta pesquisa não conseguirá esgotar o assunto no que se refere à formação dos professores e o aprendizado do Português pelo surdo e nem seria essa a pretensão, certamente foi o início de uma proposta onde as sugestões aqui evidenciadas podem ser discutidas e reorganizadas ampliando essa discussão dentro e fora do espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL, **Portaria nº 339 de 31 de janeiro de 2006**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____, **Lei nº 10.436/2002. Decreto nº 5.626/2005.** Disponível em:
<<http://www.dicionariolibras.com.br/website/artigo>> acesso em: 31 Jan 2012.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino da Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Vol. I e II. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____, **Constituição Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br>> acesso em: 14 Fev 2012.

_____, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Emenda Constitucional**, Lei nº 9.394/96. Brasília, 1997.

BREDEMEIER, Maria Luísa Lenhard. O aprendizado perfeito da língua do país necessário aos filhos de pais alemães. IN: LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn (org.). **Aprendizagem & Inclusão: implicações curriculares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia.** Vol.75. nº 1. São Paulo: Jan./Fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> acesso em: 17 Fev 2012.

FELIPE, Tanya Amara. **Anais do primeiro encontro Latino Americano de investigadores das linguagens de sinais dos surdos**, 1986.

_____, **Por uma proposta de educação bilíngue.** Rio de Janeiro: Setembro, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**, 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino da História.** Campinas: Papyrus, 2003.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce- uma introdução às ideias de Feurstein. 2 ed. (versão ampliada). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

GÒES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

IDE, Sahda Marta. O jogo e o fracasso escolar. IN: KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 4 ed. São Paulo: Cortês, 2000.

MONROE, Camila; RATIER, Rodrigo. A força da linguagem. **Revista Nova Escola**: Editora Abril, Ano XXVI, nº 244, Agosto 2011. p. 104 a 106.

MOURA, M.C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Reinventar, 2000.

NASCIMENTO, Gláucia R. P. do. A variação linguística como eixo de práticas pedagógicas da formação de professores de língua materna para o Ensino Fundamental. IN: MELO, Cinthya Torres; BARROS, Ana Maria de (org.). **Formação de professores e processos de ensino e aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária. 2011. p.95-107.

PENTEADO, Heloísa Dupas. Jogo e formação de professores: videopsicograma pedagógico. IN: KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 4 ed. São Paulo: Cortês, 2000.

QUADROS, Ronice Müller de. Inclusão de surdos. IN: **Ensaio pedagógicos construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

_____, **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Clélia Regina. Libras: **A Língua de Sinais dos surdos brasileiros**. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2/pdf,p.05.htm>> Acesso em: 07 abr. 2012 e 11 abr. 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima (et.al). **Ensino da Língua Portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2003, 1v.:Il. Programa Nacional de apoio à educação de surdos.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação e exclusão**. Abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOUZA, Regina Maria. **Que palavra te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APRENDIZAJE DE LO PORTUGUÉS POR SORDO - IMPLICACIONES PARA MAESTROS DE SORDOS

RESUMEM

Este artículo tiene la intención de contribuir a través de los capítulos tratados aquí, a los cambios en la formación de los profesores de los sordos con las sugerencias necesarias para la comprensión de la educación de los sordos se presenta como una educación lingüística-cultural, cuestionar la diferencia de lengua materna y lengua extranjera, ya que por la falta de audiencia a los sordos agarra los conceptos a través de visuales. Por lo tanto se hace evidente dificultad en la escrita del portugués que requieren de los profesores nuevos paradigmas. La ley brasileña actual favorece esta condición, en la presentación de la educación bilingüe y clases regulares para los estudiantes sordos. Instar al reto de garantizar el acceso al lenguaje de señas para los sordos no sólo en la escuela, que ya es difícil, y en todos los sectores de la sociedad. Algunos factores como el retraso en el aprendizaje tanto

de la lengua de signos como lo portugués por los alumnos sordos, una escuela en la que el plan de estudios se presenta al alumno sordo a través de la lengua de signos, un entorno que puede garantizar el desarrollo lingüístico de los sordos en el mismo período y en términos idénticos a la educación de los oyentes, podría ser una manera para que los educadores de sordos podían tomar sus posiciones con su presencia en los proyectos educativos. Pero es esencial que la educación viables educadores sordos porque su presencia en el ámbito educativo permitirá que el estudiante sordo desarrollar su potencial a través del apoyo de la lengua materna.

Palabras clave: Escribir português. Formación del profesorado. Libras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, que sempre me fez sentir a Sua presença ao meu lado.

À minha família, que acreditando nos meus sonhos sempre me incentivou.

Aos colegas do curso de Mestrado, que fizeram da sala de aula um ambiente cheio de diversidade.

Às professoras, estudantes surdos, intérprete e instrutores surdos que de bom grado, ajudaram na coleta de informações para essa pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me instigaram a produzir essa pesquisa.

Garanhuns, 01 de outubro de 2013.